



PODER

Capitais dão tendência da corrida presidencial

Palácio do Planalto e bolsonarismo investirão pesadamente na eleição de outubro, como preparação para daqui a dois anos

» VICTOR CORREIA

Cidades decisivas

Eleições municipais nas quatro metrópoles ditam a tendência para o pleito de 2026

Embora 2024 mal tenha começado, os partidos há meses se preparam para as eleições municipais, que, pelo calendário político do país, servem de plataforma de lançamento para o pleito geral, daqui a dois anos. As legendas testam candidatos, lançam campanhas de filiação e articulam alianças. A importância da disputa de outubro pode ser medida pelo envolvimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do seu antecessor, Jair Bolsonaro — que se anunciam como fortes cabos eleitorais, a fim de preparar o terreno para 2026.

As maiores capitais — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador — refletirão a tendência para o futuro e nas quatro se reproduzirá a polarização petismo x bolsonarismo. Os candidatos serão oficializados pelas legendas apenas depois das convenções partidárias, entre 20 de julho e 5 de agosto.

Em São Paulo, por ora os pré-candidatos mais fortes são o deputado federal Guilherme Boulos (PSol) e o atual prefeito, Ricardo Nunes — também se colocam no páreo os deputados federais Tábata Amaral (PSB), Kim Kataguirí (União) e Ricardo Salles (PL), além do senador Marcos Pontes (PL) e da economista Marina Helena Cunha (Novo).

Segundo levantamento do Paraná Pesquisas, Boulos lidera com 31,1%, seguido de Nunes com 25,4%, Tábata (8,9%), Salles (8,3%), Kataguirí (5,4%) e Marina (3,1%). O deputado do PSol tem o apoio do Palácio do Planalto e do PT, que desistiu de lançar candidato próprio. Além disso, ele atraiu o PDT e negocia com o Avante.

Nunes aposta nos apoios do governador, Tarcísio de Freitas, e de Bolsonaro — cujo partido, o PL, vive disputas internas. O ex-presidente

força a candidatura de Ricardo Salles, seu ex-ministro do Meio Ambiente, mas o presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, adiantou que apoiará a reeleição do prefeito. Tarcísio anunciou que seguirá a posição de Bolsonaro, o que enfraquece Nunes — que, por enquanto, tem como apoio de peso o PSD, presidido pelo seu secretário estadual de Governo e Relações Institucionais, Gilberto Kassab.

Em Belo Horizonte, o prefeito Fuad Noman (PSD) também deve buscar a reeleição. Surgem como adversários os deputados estaduais Bruno Engler (PL) e Mauro Tramonte (Republicanos),

os federais Duda Salabert (PDT) e Rogério Correia (PT), além do senador Carlos Viana (Podemos). Tramonte, Engler e Viana mostram força nos levantamentos iniciais e se vislumbra, mais uma vez, a tendência de dar a vitória nas urnas ao conservadorismo.

No Rio, Eduardo Paes (PSB) desponta como favorito à reeleição. Conta com o apoio do Planalto, mas tenta agregar a direita ao tratar de temas como o combate às drogas e a segurança pública.

Seu principal adversário deve ser o deputado federal Alexandre Ramagem (PL), ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência

(Abin) e que conta com apoio entusiasmado do clã Bolsonaro. Segundo sondagem do Paraná Pesquisas realizada em novembro, Paes lidera com 44,4% dos votos, com Ramagem em segundo (9,6%). Outros pré-candidatos são o vereador Pedro Duarte (Novo), os deputados federais Tarcísio Motta (PSol), Doutor Luizinho (PP) e Dani Balbi (PCdoB), mais a deputada estadual Dani Balbi (PCdoB).

Em Salvador, o atual prefeito, Bruno Reis (União), demonstra que quer mais quatro anos de mandato — e é considerado, por enquanto, favorito

Cláudio Kbone/PR



Lula apoiará Boulos e Paes

Isac Nobrega/PR



Bolsonaro não fechou com Nunes

na corrida. O Planalto jogará na disputa o vice-governador do estado, Geraldo Júnior (MDB). Ex-ministro da Cidadania de Bolsonaro, João Roma (PL) também é pré-candidato, mas o PL tende a apoiar Reis. Kleber Rosa (PSol), os deputados federais Robinson Almeida (PT) e Sargento Isidório (Avante) e a deputada estadual Olívia Santana (PCdoB) são nomes cogitados para a disputa.

Polarização

Analistas ouvidos pelo **Correio** destacam a importância das

eleições municipais para os partidos pensando nas disputas nacionais, para a Presidência da República e o Congresso, daqui a dois anos. Os prefeitos são considerados cabos eleitorais estratégicos devido ao contato direto que têm com a população e, além disso, o número de prefeituras que forem conquistadas em outubro será um importante indicador da força de cada legenda.

Embora as capitais, especialmente São Paulo, tenham uma grande conexão com Brasília, na grande maioria dos municípios o que vale são as demandas e personalidades locais — o chamado “voto carismático”.

Para o professor de Ciência Política da UDF André Rosa, “a gente não precisa esperar uma polarização entre PT e PL, entre Lula e Bolsonaro. É uma eleição (nos municípios) totalmente diferente. Às vezes, o poder da legenda não dita o ritmo”, explicou.

Entre os fatores que mais influenciam a disputa estão as igrejas e os empresários locais, e não o programa de cada partido. “O eleitor quer saber se o candidato é honesto, se foi bem recomendado”, emenda Rosa.

Mesmo assim, o resultado interessa muito às legendas. O Nordeste, por exemplo, foi essencial para a vitória de Lula, em 2022, e terá atenção especial dos partidos. Nas maiores capitais, a influência de Lula e Bolsonaro empurra a disputa para a nacionalização. Uma prefeitura como a de São Paulo explica a movimentação dos dois maiores cabos eleitorais.

A professora de Ciência Política da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Luciana Santana considera que Brasília influenciará as disputas municipais de forma indireta, com a aprovação de políticas no Congresso e a liberação de emendas para as bases eleitorais dos parlamentares.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula deve acertar com os beques

Os cenários para 2024 são otimistas, porém voláteis. Há que se considerar as contingências da política mundial, da economia, da situação social e da correlação entre forças políticas, e também as idiosincrasias dos governantes. Houve uma mudança de qualidade na cena mundial: a China ameaça seriamente a hegemonia norte-americana nas cadeias globais de valor, cujo fluxo se deslocou do Atlântico para o Pacífico. A reação norte-americana está sendo reestruturar essas cadeias, para reduzir sua dependência, e tentar recuperar seus velhos mercados.

O presidente Joe Biden usa sua vantagem estratégico-militar para conter o grande projeto do líder chinês Xi Jinping: a Nova Rota da Seda, cuja ambição é

chegar à Europa e à América Latina, não só no plano comercial, mas, também, na modernização da infraestrutura. A China ameaça o Ocidente porque seu modelo de “capitalismo de estado asiático”, integrado à economia mundial e sob controle de um partido comunista, suplantou o modelo neoliberal que liderou a globalização a partir do colapso da antiga União Soviética e do “socialismo real” no Leste Europeu.

A democracia representativa do Ocidente tem mais dificuldades para implementar a modernização. O estado de bem-estar social é incompatível com a modernização conservadora.

Muitos analistas de prestígio, como Thomas Friedman, do The New York Times, avaliam que estamos numa nova “guerra fria”,

OUTRA VEZ ESTAMOS DIANTE DAS ESCOLHAS DOS GOVERNANTES. ANO COMEÇA COM PRESIDENTE EM CONFRONTO COM O CONGRESSO E OS AGENTES ECONÔMICOS

devido às escolhas dos principais líderes mundiais, entre os quais Vladimir Putin, na Rússia, que se tornou um autocrata expansionista; Jinping, que pôs a China na nova corrida armamentista; e Biden, um presidente fraco e assombrado por seu antecessor, Donald Trump, que empurrou o Partido Republicano para a extrema direita. O “liberalismo”, que vigora na Hungria, na Polônia, na Turquia, na Indonésia e em Cingapura, ao lado das autocracias tradicionais do mundo árabe, também se tornou uma opção política de modernização para parte da população europeia e norte-americana, ou seja, ameaça às democracias do Ocidente.

O Brasil somente não virou marisco nesse cenário mundial

porque é um país muito grande, que voltou a ser uma das 10 principais economias globais, com um PIB de US\$ 2,13 trilhões, atrás dos Estados Unidos (US\$ 26,95 trilhões), China (US\$ 17,7 trilhões), Alemanha (US\$ 4,43 trilhões), Japão (US\$ 4,23 trilhões), Índia (US\$ 3,73 trilhões), Reino Unido (US\$ 3,33 trilhões), França (US\$ 3,05 trilhões), Itália (US\$ 2,19 trilhões) e à frente do Canadá (US\$ 2,12 trilhões). Esses números são importantes para entendermos nosso lugar no mundo. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2026 voltaremos a ser a quinta economia do planeta.

Janela

Ao contrário do ex-presidente Jair Bolsonaro, o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva tem a dimensão da importância do Brasil na cena mundial, mas enfrenta dificuldades objetivas. A nova “guerra fria” espalha armadilhas para todos os lados, como a guerra da Ucrânia, invadida pela Rússia, e a Guerra de Gaza, provocada pelo Hamas. A primeira pós em xeque a estabilidade das fronteiras europeias, uma conquista do pós-Segunda Guerra Mundial. A segunda, a viabilidade do Estado Palestino e, simultaneamente, a existência da democracia em Israel. A América Latina era um céu de brigadeiro para Lula, mas foi tomada por águas procelosas, com a vitória de Javier Milei na Argentina, com seu “anarcocapitalismo”, e a ameaça de Nicolás Maduro de invadir a Guiana para anexar Essequibo à Venezuela.

Dependente da produção de commodities de minérios e agrícolas e da China, nossa economia precisa se reinventar. A janela de oportunidade é desenvolver a agroindústria, promover a transição energética e a exploração da nossa biodiversidade — ou seja, a economia verde, que interessa a todo o mundo, até porque

a preservação da Amazônia se tornou um problema mundial.

Controlada a inflação, nossos gargalos são a insegurança jurídica e o desequilíbrio fiscal. Mais uma vez, isso depende das escolhas dos governantes. O ano começa com Lula em confronto aberto com o Congresso e os agentes econômicos, por causa das desonerações da folha de pagamento das empresas de 17 setores da economia, e da necessidade do perseguir o déficit zero para estabilizar de vez a economia.

Tudo o que não nos interessa em 2024 é uma crise institucional, que paralise o governo, quando deveríamos aproveitar as oportunidades que nos restam.

Trocando em miúdos, Lula precisa combinar com os beques. Negociar uma agenda comum com o Legislativo e o Judiciário, que mantenha as conquistas de 2023 e avance no rumo do crescimento, da redução das desigualdades e do fortalecimento da democracia.

Em férias, volto dia 22 de janeiro.